

mudar
a



vida

publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

DEMOCRACIA CULTURAL

UM PROJECTO GLOBAL

Um projecto de sociedade que se queira mobilizador tem, necessariamente, uma dimensão cultural global. Parto desta primeira afirmação para reter, desde já, algumas perspectivas que num debate sobre democracia cultural me parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, a recusa de qualquer sectorização ou compartimentação do conceito de cultura. A cultura é, por natureza, um todo e a sua redução a qualquer parte desse todo é, forçosamente, uma mutilação. Valerá a pena enunciar algumas das polaridades integradoras desse todo? Mesmo correndo o risco de repetir evidências não resisto à tentação de o fazer.

É cultura o acto isolado e único do artista criador e é cultura o gesto quotidiano, mil vezes repetido, da camponesa que acende o lume ou do operário que ergue o seu protesto contra a cadeia de produção.

É cultura a palavra íntima que sela a amizade entre dois companheiros e é cultura a produção massificada dos meios de informação ou de comunicação social.

É cultura o património de um povo, religiosamente preservado ao longo de sucessivas gerações, e é cultura o projecto de um futuro novo que uma sociedade a si mesma se constrói, como horizonte utópico, senão mítico, da sua caminhada.

Mas a globalidade da cultura não decorre apenas do carácter universal do seu conteúdo. Falar de democracia cultural é falar da universalidade dos direitos culturais dos cidadãos, universalidade que não pode deixar de ser considerada uma das grandes conquistas democráticas do nosso tempo. De facto, nunca como agora se sublinhou o direito de todos os indivíduos ao acesso e à fruição dos bens culturais; nunca tanto se insistiu sobre a necessidade de se generalizarem as condições que tornam possível a cada homem

e a cada mulher a actualização do seu potencial criador; nunca tão entusiasticamente se defendeu a salvaguarda e a protecção do património comum dos povos e grupos culturais.

A vigésima Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris em Novembro último, teve como um dos temas principais a discussão do conteúdo a dar àquilo a que em alguns círculos se começa a chamar «uma nova ordem cultural internacional». O debate sobre a efectividade dos direitos culturais esteve, como é óbvio, na ordem do dia. E no contexto de uma tomada de consciência generalizada sobre as desigualdades ainda existentes entre países e no interior de cada país em matéria de justiça cultural, registam-se diferenças fundamentais na percepção do conteúdo da própria noção de direitos culturais. Enquanto que, para uns, os direitos culturais se situam exclusivamente na esfera dos direitos individuais, limitando-se à defesa da liberdade de expressão e de criação, outros atribuem-lhes predominantemente o carácter de direitos colectivos, realçando a subordinação da criatividade individual ao projecto cultural comum a toda a sociedade.

Creio que este debate nos interessa. Como conciliar, em termos de política cultural, o binómio projecto individual/projecto colectivo? Bastará que uma política cultural se limite a garantir a defesa das liberdades individuais ou caber-lhe-á, simultaneamente, a elaboração de um projecto colectivo, mobilizador das energias criadoras de toda a sociedade?

Para mim, as duas dimensões são igualmente necessárias e indissociáveis: não há democracia cultural sem que o direito à cultura seja universalmente reconhecido como direito individual; mas também não há democracia cultural sem um projecto colectivo global, capaz de aglutinar e de dinamizar o conjunto do corpo social.

QUE PROJECTO?

Que projecto é esse? Que elementos específicos o integram?

Trata-se, a meu ver, uma vez mais, de um projecto que se caracteriza pela não sectorialização: toca todos os elementos estruturadores da vida social.

Com efeito, vai longe o tempo em que a esfera da cultura era considerada como um domínio restrito e isolado, desligado das correntes vivas que informam e fazem mover a sociedade. Hoje, ninguém duvida de que as opções políticas implicam, necessariamente, opções culturais: sabe-se que a política económica condiciona, forçosamente, o estilo de convivência quotidiano; reconhece-se que os sistemas de educação determinam, pelo menos em parte, o tipo de valores que guiarão os comportamentos humanos; verifica-se que as políticas de segurança social, de habitação ou de saúde, se traduzem em padrões culturais mais ou menos inovadores.

A segunda reunião de ministros europeus da cultura, realizada em Atenas, em Outubro último, no âmbito do Conselho da Europa, teve como tema: «A dimensão cultural do desenvolvimento». No documento de base do encontro perguntava-se, entre muitas outras coisas: «em que medida os objectivos económicos deverão ser determinados à luz de objectivos culturais». É uma questão que teria sido impensável há alguns anos atrás. Quem teria ousado, na época áurea do economicismo, apontar para a subordinação de objectivos económicos à dinâmica cultural de um país? E, no entanto, é aí que se situa, hoje, fundamentalmente, a problemática do desenvolvimento não só dos países pobres mas também dos países afluentes.

O que produzir? Como produzir? Para quê produzir? Quem deverá encontrar resposta para estas questões: os técnicos e os políticos, fechados nos seus gabinetes, ou a corrente da «sabedoria» nacional, canalizada através de mecanismos de expressão cultural, quaisquer que eles sejam?

São perguntas que se revestem de extraordinária importância e oportunidade entre nós. Não é verdade que certos bloqueamentos económicos da nossa sociedade decorrem, ao nível mais profundo, da ausência de objectivos culturais suficientemente amplos, precisos e motivadores? E não será também verdade que, a continuarmos a dissociar a economia da cultura, caminharemos, fatalmente, para uma sociedade talvez mais cheia de coisas mas, certamente, mais vazia de significado?

Um projecto cultural capaz de mobilizar uma sociedade não pode contentar-se com as metas fáceis do crescimento pelo crescimento e, muito menos, com modelos e padrões de vida impostos de fora, à sombra de ajudas técnicas ou financeiras que facilmente poderão alienar a identidade cultural nacional. Se queremos que o projecto seja de todos e para todos, é preciso

que as questões sejam apresentadas e discutidas no seu verdadeiro contexto; é preciso que as opções decisivas para a vida nacional passem pelo crivo da sensibilidade comum; é preciso dizer os porquês e os porquês; é preciso identificar valores; é preciso propor objectivos.

DIMENSÃO ÉTICA

Onde estão, na nossa sociedade, os valores e objectivos norteadores?

Onde está a raiz do-nosso querer comum?

Onde estão as motivações que tornam possível a solidariedade de um povo na procura de metas colectivamente assumidas?

As grandes interrogações culturais do nosso tempo são, afinal, interrogações de carácter ético sobre as finalidades e o sentido da própria civilização que nos esforçamos por construir.

Teremos nós a coragem de olhar de frente essa dimensão ético-cultural da vida?

CRITÉRIOS E ÊNFASES

A proposta de valores e objectivos a atingir supõe o delinear de critérios capazes de orientarem uma estratégia de acção concreta.

Em primeiro lugar o critério de uma cultura **pluri-forme**, aberta à multiplicidade das expressões e das práticas culturais, segundo o modo de ser e de viver de cada grupo social. Não é demais insistir em que uma cultura democrática nunca é monolítica. Respeito favorece e encoraja a diversidade. Assume a originalidade de cada expressão cultural. Reage contra a banalização uniformizante, a standardização incolor, a adopção de modelos niveladores.

O respeito pela originalidade das múltiplas expressões do dinamismo cultural não significa, porém, que se caia no individualismo desenfreado característico de certos liberalismos. O potencial de criação original latente em indivíduos e em grupos só é convenientemente estimulado através de estruturas **participativas**. Daí que a democracia cultural tenha necessariamente, como suporte formas de associativismo cultural de base. É a partir de pequenos grupos, entrecruzados, em associações múltiplas, a diferentes níveis, que o tecido cultural de uma sociedade se fortalece e se renova.

Face à passividade e ao consumismo gerados alimentados pelos meios de comunicação social de massa e outras indústrias culturais hoje florescente um outro critério orientador da acção cultural será do carácter **activo e inovador** das suas expressões. A passividade conformista importa opor a experimen-

ção dinâmica. Ao consumismo nivelador a contestação ousada. A dispersão e à fragmentação dos esforços a iniciativa perseverante.

A óptica da inovação e da experimentação implica pôr em prática de alternativas concretas aos modelos institucionais. Face à tendência para a burocratização de todas as práticas sociais, face à dimensão desmedida de todas as instituições e projectos políticos, a acção cultural inovadora propõe o viável imediato, a medida possível, o redimensionamento da sociedade à medida do homem.

Desta perspectiva passa-se facilmente para o critério de uma acção cultural integradora dos diferentes aspectos do viver quotidiano. O fosso actualmente existente entre o mundo do trabalho, encarádo numa perspectiva exclusivamente económica, e o mundo dos chamados «tempos livres», considerados como o último reduto da vida cultural, é profundamente alienante. No seu livro «La culture des autres», Hugues de Varine defende insistentemente a necessidade de atribuir à iniciativa cultural o lugar que lhe cabe no mundo do trabalho. Importa, diz ele, «que o tempo de trabalho seja reabilitado como tempo privilegiado de iniciativa cultural, tomando os trabalhadores responsáveis pela gestão, organização, controlo e inovação das tarefas

que realizam». A que distância estamos nós desta perspectiva libertadora!

Numa sociedade em que, como na nossa, coexistem extractos culturais altamente diversificados, sofrendo uns da carência dos meios mínimos de auto-actualização e outros do uniformismo causado pela saturação do consumo, nem sempre é fácil equilibrar os ênfases de uma política de acção cultural. Em democracia, é óbvio que a prioridade deverá ir para as camadas sociais mais desfavorecidas e que é a essas que, em primeiro lugar, devem chegar os recursos disponíveis a nível nacional. Convém, porém, não esquecer que as camadas socialmente mais desfavorecidas não são necessariamente as menos sensibilizadas à dimensão cultural.

A maior ou menor sensibilidade à cultura não pode equacionar-se exclusivamente com factores de ordem económica ou social. Entre os economicamente mais favorecidos existem hoje formas de alienação cultural profundas e específicas, que qualquer diagnóstico sério não pode ignorar. E que dizer das grandes massas urbanas das zonas industriais que, na leitura de Jean Baudrillard, recusam qualquer «proposta de sentido», contentando-se com «ser massa» e reagindo pela inércia do silêncio a qualquer desafio que se pretenda motivador?

QUE ALTERNATIVAS TEMOS ?

Importa — ninguém o contestará — descentralizar os recursos, multiplicar os equipamentos, democratizar os meios de «acesso» e de participação. Mas tenhamos a coragem de perguntar-nos, à partida e ao longo de todo o processo, que alternativas temos a propor a pessoas talvez analfabetas do ponto de vista dos códigos da leitura e da escrita, mas profundamente enraizadas num património rico em códigos simbólicos e em referências valorativas.

Perguntemo-nos como se dá a passagem da cultura dita «popular» para a cultura que hoje se chama de «massa».

Interroguem-nos sobre o que há a ganhar e a perder.

E tenhamos, sobretudo, a coragem de inter-pelar a elite a quem estão reservados os benefícios da cultura «cultivada», questionando a sua forma de inserção e o seu papel na dinâmica global da sociedade em que vivemos.

DESCENTRALIZAÇÃO E ANIMAÇÃO

A democracia cultural supõe e implica a descentralização e a desconcentração de poderes, até agora cuidadosamente guardados por máquinas estatais fortemente burocratizadas.

Convém, porém, esclarecer em que sentido a palavra descentralização é aqui usada. Tratar-se-á de transferir cultura de um lugar para outro, num movimento unilateral em que uns são emissores e outros receptores?

É evidente que, na perspectiva em que me situo, tal movimento não pode ser considerado suficiente. Pretender estabelecer, a priori, quais os «centros» a partir dos quais a cultura irradia para a «margem», é empobrecer, de forma irremediável, a dinâmica da

fecundação cultural mútua que está na base da identidade de um povo.

Não chega des-centralizar. É preciso multiplicar os centros de vida cultural, assumindo que cada centro é simultaneamente margem em relação a outro centro e vice-versa.

É neste sentido que a expressão policentrismo cultural começa a ser usada. A sua luz, a descentralização dos meios institucionais e financeiros de acção cultural é vista não como uma transferência de modelos, mas como um instrumento ao serviço da eclosão e do fortalecimento dos dinamismos culturais locais.

É certo que num país como o nosso as desigualdades existentes no campo da repartição dos meios cla-

mam por intervenções decisivas em ordem à sua correcção. As medidas de democratização formal serão, porém, certamente ineficazes, se não forem acompanhadas por uma reorientação da própria percepção dos eixos da vida cultural. Temos que ser capazes de nos reconhecermos simultaneamente como **centro** e como **margem**. Centro, enquanto detentores de normas e critérios que pretendemos universalizar; margem, enquanto incapazes de nos identificarmos profundamente com outras normas e outros critérios.

Na óptica do policentrismo, ganham um sentido novo as práticas de acção pedagógica e conscientizadora vulgarmente conhecidas por «**animação sócio-cultural**». De que «animação» se trata? Quem anima quem? Segundo um documento do Conselho da Europa, entende-se por animação sócio-cultural «o conjunto das práticas que visam estimular os indivíduos e as colectividades a tornarem-se agente do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento qualitativo das comunidades em que estão inseridas».

Assim entendida, a animação sócio-cultural é um elemento dinamizador de todas as formas de participação social, podendo assumir um papel determinante na mobilização dos dinamismos potenciais de uma sociedade para objectivos comuns.

Dado o seu carácter instrumental, a animação sócio-cultural não tem, aliás, um domínio de acção específico: pode ser posta ao serviço de qualquer aspecto ou sector do desenvolvimento global.

Fala-se, assim, de animação ao serviço do desenvolvimento cultural, no sentido restrito, (programas de educação de base das populações, apoio à criação cultural, etc.); de animação ao serviço do desenvolvimento social e económico (programas ligados à saúde, habitação, alimentação, etc.); de animação ao serviço da participação social (programas de informação e consciencialização cívica, estímulo à organização local, etc.).

Do mesmo modo, não podem delimitar-se os sectores humanos que a animação pretende atingir. Fala-se de animação de crianças, de jovens, de adultos e da terceira idade; fala-se de animação de grupos de vizinhança, rurais ou urbanos; fala-se de animação de grupos sócio-profissionais, sócio-recreativos ou outros, reunidos à volta de interesses comuns.

Nas suas múltiplas incidências e formas de acção, a animação sócio-cultural caracteriza-se pela utilização de uma metodologia própria, baseada numa pedagogia de acção/reflexão, a partir da experiência dos participantes. Da metodologia adoptada vale a pena registar algumas características:

- a **intersectorialidade**: todas as acções integram múltiplas dimensões;
- o **carácter participativo**: as acções são assumidas pelos que nelas intervêm em todas as fases da sua efectivação;
- a **desconcentração**: as acções são pensadas da base para o topo, da periferia para o centro, do local para o nacional, multiplicando-se os centros de decisão a todos os níveis.

As acções de animação surgem, por vezes, como expressão espontânea de um dinamismo local e, outras vezes, como elemento provocador desse mesmo dinamismo. Em ambos os casos, o processo de animação conta com o contributo de **agentes catalizadores**, que podem ser individuais (animadores voluntários ou profissionais) ou colectivos (associações, colectividades, cooperativas, etc.). Através da acção dos seus agentes, a animação sócio-cultural tende a mobilizar círculos humanos e geográficos cada vez mais amplos, chamando à colaboração todas as forças sociais que nela queiram participar.

Entre nós o conceito e a prática de animação sócio-cultural têm surgido em múltiplos contextos sugerindo ambiguidades e acentuando, por vezes, vivas controvérsias. Teremos de reconhecer erros, falhas e limitações. Mas não temos o direito de abandonar uma prática que se tem reconhecido como vital nos projectos de desenvolvimento cultural de um número crescente de países.

Se descermos às raízes da palavra, verificamos que «animar» é «dar alma». Poderemos nós recusar à nossa sociedade o «acréscimo de alma», de que ela tanto carece?

Teresa Santa Clara Gomes
Colóquio sobre «Socialismo Democrático e Política Cultural»
Associação António Sérgio — Lisboa